

## CLÍTICOS PRONOMINAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA: EVIDÊNCIAS DE EMPREGO EM TRADUÇÕES DO TEXTO BÍBLICO

### PRONOMINAL CLITICS IN PORTUGUESE LANGUAGE: INDICATIONS OF USE IN TRANSLATIONS OF BIBLICAL TEXT

Amanda Santos Gomes<sup>1</sup>

amandhhagomes\_@hotmail.com

Gessilene Silveira Kanthack<sup>2</sup>

gskanthack@yahoo.com.br

**Resumo:** Neste artigo, tratamos de um tipo de pronome que tem um comportamento bastante peculiar na língua portuguesa, os clíticos pronominais, denominados de pronomes átonos pelas gramáticas de orientação normativa. As pesquisas já feitas sobre esse tipo de pronome revelam, basicamente, duas propriedades: uma envolve a colocação adjunta ao verbo, e a outra, a redução do sistema de clíticos. A fim de certificar sobre essas propriedades, realizamos uma pesquisa cujo *corpus* foi constituído de livros da Bíblia Sagrada, Gênesis e Apocalipse, tendo como referências diferentes versões, uma de 1969 e outra de 2010, já que o objetivo principal foi verificar se mudanças envolvendo os clíticos impactam ou não na escrita dos textos analisados. As amostras evidenciam que, de fato, de uma época para outra, houve redução no uso dos clíticos e mudança na preferência do posicionamento em relação ao verbo. Esses resultados sinalizam que, num contexto de sala de aula, cabe ao professor também destacar as mudanças que são implementadas numa língua, abordando-as como fato linguístico.

**Palavras-chave:** Clíticos. Mudança. Ensino.

**Abstract:** In this article, we deal with a type of pronoun that has a very particular behavior in the Portuguese language: the pronominal clitics, called unstressed pronouns by normative grammars. The research already done on this type of pronoun basically reveals two properties: one involves the placement attached to the verb, and, the other, the reduction of the clitics system. In order to certify these properties, we conducted a research whose corpus was made up of books of the Holy Bible, Genesis and Revelation, having as reference two different versions: one of 1969 and another of 2010. The main objective was to verify if the writing of the analyzed texts was impacted by the changes involving the clitics. The samples show that, from one time to another, there was a reduction in the use of clitics and a change in the placement preference in relation to the verb. These results indicate that, in a classroom context, it is up to the teacher to highlight the changes that are implemented in a language, approaching them as a linguistic fact.

**Keywords:** Clitics. Change. Teaching.

---

<sup>1</sup> Mestra em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Ilhéus/BA, Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Titular (Pleno) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus/BA, Brasil.

## 1 Introdução

Impulsionados pelas necessidades comunicativas, falantes criam e recriam a língua, com novas palavras, novas funções, novas estruturas, novos usos, colocando em evidência a natureza maleável do sistema linguístico. A fim de confirmar essa dinamicidade, neste artigo, apresentamos resultados de uma pesquisa que investigou a colocação e os usos dos clíticos pronominais (denominados de pronomes átonos nas gramáticas de orientação normativa), utilizando como *corpus* livros da Bíblia Sagrada, Gênesis e Apocalipse, tendo como referências diferentes versões, uma de 1969 e outra de 2010, já que o objetivo principal foi verificar se mudanças que já atingiram esse tipo de pronome também são refletidas em textos bíblicos, modelos de escrita que adotam a norma culta da língua, sendo esta entendida como a “norma linguística praticada em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau maior de monitoramento)” (FARACO, 2008, p. 48).

No Brasil, há várias versões da Bíblia bem como diferentes adequações da linguagem para públicos variados. Para a investigação, escolhemos a tradução de João Ferreira de Almeida, “Almeida Revista e Corrigida” (doravante ARC), publicada em 1969 pela Sociedade Bíblica Brasileira, e a tradução da “Nova Bíblia Viva” (daqui em diante NBV), publicada em 2010, esperando confirmar que, nesta última, por refletir uma linguagem mais atual, mais flexível, a colocação e os usos dos clíticos ocorram de forma diferenciada da primeira versão, que tem um caráter mais conservador quanto ao uso da linguagem.

Para fins práticos, organizamos o artigo assim: primeiro, tecemos algumas considerações sobre as regras que caracterizam o comportamento particular dos clíticos pronominais; segundo, destacamos o que algumas pesquisas linguísticas já revelaram sobre esses pronomes; terceiro, apresentamos os resultados de nossa análise dos dados; quarto, fazemos algumas ponderações sobre o ensino, tendo como pano de fundo a colocação pronominal. Por fim, as considerações finais e as referências encerram o trabalho.

## 2 Colocação pronominal: sobre as regras

Nas gramáticas de orientação normativa, colocação se refere à disposição dos elementos sintáticos dentro de uma oração ou mesmo dentro de um período. Particularmente, colocação pronominal envolve os chamados pronomes átonos, *me, te, se, a, o, as, os, nos, vos, lhe e lhes*, formas monossilábicas que ocupam determinadas posições na sentença seguindo princípios próprios e

sempre apoiados a um verbo: próclise (antes do verbo), ênclise (após o verbo) e mesóclise (no meio do verbo) (CUNHA; CINTRA, 2008; CEGALLA, 2008; BECHARA, 2009, entre outros).

Numa perspectiva linguística, esses pronomes são descritos como elementos que ostentam propriedades bastante particulares na sintaxe da língua portuguesa: correspondem, na maioria das vezes, a um argumento interno (complemento) do verbo, mas não ocupam a posição de um verdadeiro argumento; dependem sempre de uma base verbal para se incorporar, isto é, dependem fonologicamente de um verbo e, por isso, a depender do pronome e do verbo, eles terão posicionamentos variados (KANTHACK, 2002).

Sobre esses posicionamentos, as gramáticas normativas prescrevem, basicamente, as mesmas regras. Quanto à próclise, deve ser usada sempre que houver palavras atrativas, como as de teor negativo; em orações iniciadas com pronomes e advérbios interrogativos; em orações iniciadas por palavras exclamativas ou que expressem desejo; em orações subordinadas desenvolvidas, ainda que a conjunção esteja oculta; e em orações com gerúndio regido pela preposição *em*. Ela também deve ser usada quando o verbo vem antecedido de certos advérbios (*bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez, etc.*) ou com expressões adverbiais nas quais não haja pausa que os separe quando a oração se inicia por objeto direto ou predicativo; quando o sujeito da oração contém o numeral *ambos* ou algum dos pronomes indefinidos; nas orações alternativas e quando estiver antecédida pela palavra *só* no sentido de *apenas/somente*.

No que diz respeito à ênclise, os princípios básicos são: ela ocorre quando a sentença se inicia com um verbo; quando o pronome tem a forma *o* e o infinitivo vem regido da preposição *a*; sempre que houver pausa entre um elemento fomentador de próclise e o verbo; e nas locuções verbais em que o verbo principal está no infinitivo ou no gerúndio. Sobre a primeira regra, ênclise no caso de a sentença iniciar-se com um verbo, Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2009) reconhecem que ela já não é mais natural na fala do Português Brasileiro (doravante PB), por conta de a próclise ser considerada a regra geral, uma regularidade já comprovada por inúmeras pesquisas linguísticas, a exemplo de Pereira (1981), Pagotto (1992), Monteiro (1994), entre outros.

Sobre a ênclise, Bagno (2012) pontua que ela só aparece na fala espontânea dos usuários da língua quando ocorrem as formas fixas, tais como: “danou-se; deixe-me ver” (BAGNO, 2012, p. 741). Também lembra que o uso enclítico em textos falados ou escritos ocorre quando submetidos à monitoração estilística e que até, em alguns momentos, esse uso é atribuído ao fenômeno da hipercorreção, isto é, quando o falante aplica alguma regra normativa mesmo naqueles contextos e situações em que ela não é prescrita. A respeito de tal colocação, Perini (2001) também afirma que

ela está desaparecendo do PB, em especial na modalidade falada, e que essa tendência já teria deixado marcas muito profundas no próprio padrão escrito.

No que diz respeito à mesóclise, trata-se de uma colocação específica com formas verbais do futuro do presente ou do futuro do pretérito, contanto que esses verbos não estejam precedidos de palavras que exijam a próclise. Sobre esse tipo de colocação, basicamente, os gramáticos reconhecem que ela está restrita a determinadas situações de uso, por exemplo, escrita formal. Acerca da mesóclise, Bagno (2012) a considera de caráter obsoleto e, por vezes, a depender do contexto linguístico, pode até ser considerada pedante.

Qualquer que seja a posição, próclise, ênclise ou mesóclise, o que temos evidente com os clíticos pronominais é uma propriedade bastante particular, dada a relação de dependência que eles têm com o verbo.

### **3 Colocação pronominal e usos: o que revelam pesquisas diacrônicas e sincrônicas**

No que diz respeito ao uso e à colocação dos clíticos pronominais, numa perspectiva diacrônica, várias pesquisas já foram feitas, e, dentre elas, destacamos: Pagotto (1992), que observou o percurso diacrônico desses pronomes em português que resultou no atual PB, analisando um período que vai do século XVI ao XX; e Schei (2002), que descreveu alguns aspectos da colocação pronominal na literatura brasileira do século XIX, comparando também com o PB do século XX.

Para descrever a colocação do clítico na sentença, Pagotto (1992) recorreu a diversos textos escritos. Foram eles: carta pessoal; processo criminal; escritura; e testamento. O autor direcionou a sua análise para as sentenças com um único verbo; sentenças com grupos verbais; sentenças infinitivas e gerundivas; e sentenças com advérbios pré-verbais. Em linhas gerais, o autor observou que o português clássico se manteve relativamente estável quanto ao posicionamento dos clíticos nas sentenças, mas que o processo de mudança do qual resultou o PB fez com que o clítico passasse a ocorrer em posições mais baixas nos contextos de sentenças com grupos verbais. Além disso, ele constatou que os clíticos estão em desuso no PB, tendo em vista que alguns deles estão sendo substituídos por outros elementos, a exemplo do clítico acusativo de terceira pessoa que passou a competir com outras formas, como o objeto nulo (estratégia de apagamento) e o pronome tônico.

Schei (2002), por sua vez, analisou seis obras de escritores brasileiros do século XIX, objetivando comparar o uso da colocação pronominal nos textos literários com o PB (e também português europeu) do século XX. Ela comprovou o aumento significativo da próclise de um século

para outro, sendo a ênclise registrada em contextos específicos e em situações mais formais de uso da língua. Outro aspecto apontado na pesquisa de Schei é a rara aparição da mesóclise. Como o seu contexto permite próclise, essa acaba sendo sempre a posição preferida.

Em outro modelo de análise, numa perspectiva sincrônica, Machado (2006) descreveu as regras de colocação dos clíticos usadas por estudantes da 4ª a 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio de escolas do Rio de Janeiro, no intuito de perceber a familiaridade que os alunos tinham com o sistema de clíticos, bem como observar a distância existente entre o que prescreve a gramática normativa e os reais usos que são feitos no momento da produção escrita. Assim como nas pesquisas diacrônicas, Machado confirmou que a ênclise é pouco produtiva e que a próclise é a posição mais usada. Também verificou que o fator *escolaridade* influencia consideravelmente o uso do clítico, pois os índices indicaram aumento de uma série para outra. Esse fator também se mostrou relevante no que diz respeito ao preenchimento do objeto direto, sendo o pronome reto (O João, Maria viu **ele**) evitado com o aumento da escolaridade, já que, naturalmente, o aluno vai incorporando a regra que é prescrita (João, Maria **o** viu).

Que a escolaridade influencia diretamente os usos dos clíticos também foi confirmado por Silva (2009). Ao analisar narrativas orais e escritas produzidas por alunos do Ensino Fundamental, Médio e Superior, da região Norte do Estado do Paraná, verificou que a utilização de clíticos como objeto direto cresce de acordo com o nível de escolaridade. Além disso, observou que o “objeto direto nulo é uma variante que cada vez mais está presente nas situações reais de uso da língua, e que a relativa queda no uso de *clíticos* como objeto contribuiu para o fortalecimento do *objeto nulo*” (SILVA, 2009, p. 96).

De modo geral, duas mudanças podem ser apontadas no que se refere aos clíticos pronominais. De um lado, a próclise tende a ser a regra mais comum; do outro, os clíticos passam a ser substituídos por outras formas, por exemplo, o pronome tônico e o objeto nulo. A propósito das mudanças, vale lembrar que elas fazem parte de um processo de prestígio social que “costumam se desencadear na fala informal de grupos socioeconômicos intermediários, avançam pela fala informal de grupos mais altos na estrutura socioeconômica; chegam a situações formais de fala e só então começam a ocorrer na escrita” (FARACO, 2006, p. 26), modalidade normalmente mais conservadora. E é essa modalidade que decidimos analisar, visando confirmar que, em relação aos usos dos clíticos, há também mudanças que impactam sobre a escrita, particularmente de textos bíblicos.

## 4 Uma amostra dos usos e colocações dos clíticos em textos da Bíblia

### 4.1 Sobre o corpus e as hipóteses

Como recorte para nossa investigação, selecionamos os livros Gênesis (Antigo Testamento) e Apocalipse (Novo Testamento), sendo 20 capítulos de cada um, das duas versões que decidimos analisar. Como nosso objetivo é verificar se houve mudança na colocação e uso do clítico, justificamos então a escolha do *corpus*, pois uma das formas para se verificar a mudança é a comparação de textos novos e antigos. Os textos produzidos em um período anterior, quando confrontados com os textos atuais, a depender da distância entre uma época e outra, não terão exatamente as mesmas ocorrências linguísticas; afinal, o esperado é que mudanças linguísticas ocorram e que elas também sejam refletidas nos registros escritos, dependendo, é claro, da postura assumida pelo tradutor. Para a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), existem duas posturas distintas para a elaboração das traduções da Bíblia. De um lado, há aquele tradutor que preserva o caráter formal e original do texto, conservando-o o máximo possível, e, do outro, há aqueles que decidem pelo uso de uma linguagem mais dinâmica e um pouco menos erudita.

A tradução de João Ferreira de Almeida (1969) foi escolhida porque recebeu lugar de destaque durante muito tempo por ter sido a primeira tradução completa para a língua portuguesa. Depois de ter passado por revisões, ainda assim até os dias atuais ela continua ocupando, para alguns, um lugar considerado de conservação e originalidade da linguagem bíblica. O esperado, então, é que haja, nessa versão, uma frequência acentuada de uso de clíticos, tanto em posições de próclise, ênclise e mesóclise.

Quanto à “Nova Bíblia Viva” (2010), ela foi lançada em 1981 como “Bíblia Viva”, destacando-se como a primeira edição brasileira a propor uma linguagem mais condizente com a heterogeneidade do público leitor. Nesse sentido, em sua nova versão de 2010, ela reitera de antemão que a língua e os hábitos do público têm caráter dinâmico e que, por esse motivo, a proposta da nova abordagem é direcionada de forma que todos os leitores encontrem uma leitura mais fluida e de fácil entendimento. Desse modo, a expectativa é que haja uma redução do uso dos clíticos e que a próclise seja a posição preferida em relação ao verbo.

## 4.2 Sobre os dados e os resultados

Antes da apresentação dos resultados, ilustramos as colocações pronominais registradas. Primeiro, na versão ARC (1969):

### Próclise

- a. [...] e eu *o* verei, para *me* lembrar do concerto [...] (Gen, cap. 9, v. 16)
- b. [...] e pelo seu anjo *as* enviou, e *as* notificou a João seu servo [...] (Ap, cap. 1, v. 1)
- c. Tudo quanto *se* move, [...] será para vosso mantimento; tudo *vos* tenho dado [...] (Gen, cap. 9, v. 10)

### Ênclise

- a. [...] E *irou-se* Caim fortemente, e descaiu-*lhe* o seu semblante. (Gen, cap. 4, v. 5)
- b. Regozijemo-*nos*, e alegremo-*nos*, e demos-*lhe* glória [...] (Ap, cap. 19, v. 7)
- c. Pelo que alegrai-*vos*, ó céus, e vós que neles habitais. [...] (Ap, cap. 12, v. 12)

### Mesóclise

- a. [...] *dar-lhe-ei* a comer da árvore da vida [...] (Ap, cap. 2, v. 7)
- b. [...] *far-te-ei* uma grande nação, e *abençoar-te-ei* [...]. (Gen, cap. 12, v. 2)
- c. [...] Sobe até aqui, e *mostrar-te-ei* as coisas que depois destas devem acontecer. (Ap, cap. 4, v. 1)

Agora, na versão NBV (2010):

### Próclise

- a. E um terceiro anjo *os* seguiu, dizendo [...] (Ap, cap. 14, v. 9)
- b. [...] Suba para cá e eu *lhe* mostrarei o que deve acontecer depois destas coisas! (Ap, cap. 4, v. 1.)
- c. Então o anjo do Senhor *me* disse: [...] (Ap, cap. 17, v. 15).

### Ênclise

- a. Portanto, alegrem-*se* ó céus! Vocês cidadãos do céu, alegrem-*se*! [...] (Ap, cap. 12, v. 12)

b. Alegremo-*nos*, exultemos e vamos dar glória a ele [...] (Ap, cap. 19, v. 7)

c. [...] Ada e Zilá, ouçam-*me* com atenção: [...] (Gen, cap.4, v. 23)

Feito o levantamento de todas as ocorrências de clíticos nos 40 capítulos analisados, 20 do livro Gênesis e 20 do livro Apocalipse, obtivemos o primeiro cômputo, cujos resultados podem ser visualizados na tabela 1:

Tabela 1 – Cômputo geral de ocorrências de clíticos.

Table 1 – Overall score of clitics occurrences.

ARC – Versão de 1969		NBV – Versão de 2010	
Ocorrências	%	Ocorrências	%
507	59,5	345	40,5

Fonte: as próprias autoras.

Como se pode notar, de um total de 852 clíticos, 59,5% foram registrados na versão de 1969 e 40,5%, na versão de 2010, um resultado que indica diminuição da frequência de uso dos clíticos de uma versão para outra, confirmando, então, uma de nossas hipóteses. Apesar de tal redução, ainda assim temos um número acentuado deles, possivelmente determinado pelo contexto linguístico da produção textual, que demonstra, por sua vez, força da tradição normativa, presente também no que diz respeito à colocação do clítico em relação ao verbo, como se pode ver nas tabelas 2 e 3:

Tabela 2 – Posições dos clíticos na versão ARC.

Table 2 – Clitics positions in the ARC version.

Próclise		Ênclise		Mesóclise	
Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
239	47,2	245	48,3	23	4,5

Fonte: as próprias autoras.



Tabela 3 – Posições dos clíticos na versão NBV.  
Table 3 – Clitics positions in the NBA version.

Próclise		Ênclise		Mesóclise	
Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
182	52,8	163	47,2	0	0,0

Fonte: as próprias autoras.

De um lado, na tabela 2, notamos que, na versão considerada mais conservadora, os clíticos aparecem nas três posições possíveis, confirmando a nossa hipótese. Do outro, na tabela 3, observamos apenas dois posicionamentos, já que não há registro da mesóclise, o que de fato era esperado. Quanto à próclise, também confirmamos a hipótese levantada, de que ela seria mais recorrente na versão NBV (52,8%) do que na versão ARC (47,2%). Por outro lado, no que se refere à ênclise, na versão primeira, sua diferença em relação à próclise é mínima (48,3% e 47,2%, respectivamente); já em relação à outra versão, o contraste é acentuado: 47,2% de ênclise e 52,8% de próclise. Comparada a frequência da ênclise nas duas versões, percebe-se, nitidamente, que não houve uma diferença acentuada, confirmando, assim, a influência da força normativa nesse tipo de texto.

A propósito deste fator, força normativa, reconhecemos seu impacto sobre o texto escrito, em particular, o texto bíblico, que, mesmo numa linguagem mais flexível e mais atual, como preconiza a versão da NBV, tende a fazer uso de colocações que, na modalidade oral, não têm a mesma frequência nem o mesmo valor. Referimo-nos aqui à ênclise, que, na tradição normativa, é reconhecida como uma regra de colocação; logo, num texto de modalidade escrita, altamente monitorado, ela terá seu lugar de destaque.

#### 4.3 *Uso variável, mudanças e ensino*

Tendo ciência de que a língua e os falantes – assim como a sociedade – não são estáticos, pois sempre sofrem algum processo natural de mudança, faz-se necessário que, na condição de professor, repensemos o tratamento dado, em sala de aula, a fenômenos de variação e mudança linguísticas. Pois, seja de modo consciente ou não, são os falantes os responsáveis pela renovação e dinamicidade da língua.

Assim, se os usuários da língua têm essa autonomia, por que (tentar) refrear esse fluxo tão natural? Por que encarar a variação e a mudança como algo negativo? Mudança significa deturpação, defeito? Para aqueles que pensam assim, que se opõem a processos de mudanças, é necessário que repensem sobre tal postura, pois poderão

[...] somente conter ou atrasar por algum tempo a mudança linguística [...]. Elas jamais terão poder de impedir totalmente nem (muito menos) para sempre essa mudança porque, sendo de natureza sociocognitiva, a mudança é muito mais poderosa do que qualquer outra força institucionalizada (BAGNO, 2012, p. 127).

Nesse sentido, ao pensar no ensino de língua portuguesa, reconhecemos a necessidade de reorganizar práticas escolares no que diz respeito a fenômenos de variação e de mudança linguísticas. Acreditamos estar diante de uma celeuma, haja vista que a maneira de lidar com fenômenos desse tipo dependerá das concepções teóricas assumidas por cada profissional. Essa problemática se reafirma, à medida que muitos sustentam a concepção de língua como algo engessado, estanque e sem movimento.

Partir de concepções que enrijecem a autonomia do falante é acordar com posicionamentos que cooperam para alguns problemas educacionais e, até mesmo, para o preconceito linguístico dentro e fora do ambiente escolar. Como consequência, no primeiro caso, teremos estudantes inseguros que consideram ser impossível “aprender” português e concluem que, de fato, não sabem falar a língua “certa”. Já na segunda situação, uma série de ações equivocadas pode excluir aqueles que, por motivos diversos, falam e agem discursivamente diferente de outros falantes.

Sendo assim, entendemos o quão importante é rever metodologias de ensino, particularmente no tocante às atividades em torno da gramática normativa, já que ela é concebida como “inflexível, petrificada, de uma língua supostamente uniforme e inalterável [...]” (ANTUNES, 2003, p. 32). Mudar essa concepção é o ponto de partida para o reconhecimento de que a variação e a mudança linguísticas numa língua são legítimas e naturais.

Em se tratando do ensino de clíticos pronominais, elementos de comportamento bastante singular na sintaxe da língua portuguesa, é preciso tratá-los com a consciência de que seu uso é variável, que suas regras também são variáveis, que os falantes, ao longo do tempo, podem preferir uma colocação a outra, fazer uso de diferentes estratégias linguísticas. É preciso ter em mente que a cada situação comunicativa, seja ela oral ou escrita, os falantes escolhem as formas e estruturas que são adequadas a seus propósitos. Nesse sentido, é papel da escola “apresentar todas as estruturas presentes na língua, de modo que os alunos não só as produzam, mas também as reconheçam” (VIEIRA, 2007, p. 140). Ao abordar os clíticos pronominais, é preciso apresentar ao aluno diferentes textos, de diferentes modalidades, produzidos em diferentes épocas, para que ele tenha uma noção ampla das regras de funcionamento desse tipo de pronome.

Apesar de não ser uma tarefa fácil reorganizar/repensar metodologias há anos consagradas é, sobretudo, um desafio lidar com o novo, com o que é realmente necessário para a formação do aluno. Para tanto, é interessante aproveitar o que ele já domina, explicando por que ele usa, por exemplo, uma próclise e não uma ênclise, e qual a importância desta última para casos que a requerem como regra apropriada. Sobre a importância do ensino da colocação pronominal, vale destacar que

[...] é naturalmente parte integrante do conteúdo das aulas de Língua Portuguesa. Dada a complexidade na concretização da regra variável, trata-se de um assunto apropriado para que se cumpra o objetivo de promover o domínio do maior número possível de variantes linguísticas, de forma a tornar o aluno capaz de reconhecê-las e/ou produzi-las, caso o deseje (VIEIRA, 2007, p. 140).

Para tanto, é papel da escola criar condições para que o repertório linguístico do aluno seja ampliado, de modo que ele identifique e reconheça os valores de cada regra, de cada variante usada, e, no caso da colocação pronominal, é preciso apresentar uma “farta documentação das variantes pré e pós-verbal nos variados contextos morfossintáticos e em diferentes modalidades, registros e gêneros textuais” (VIEIRA, 2007, p. 143).

Recorrer a textos de diferentes épocas, como demonstramos em nossa amostra prática, é uma oportunidade para promover o olhar científico do aluno sobre a língua, fazendo-o questionar e refletir sobre o que mudou e o que não mudou em relação aos clíticos pronominais, conscientizando-o de que “o valor de qualquer regra gramatical deriva de sua aplicabilidade, da sua funcionalidade na construção dos atos sociais da comunicação verbal, aqui e agora. Por isso, tais regras são flexíveis, são mutáveis, dependem de como as pessoas as consideram” (ANTUNES, 2003, p. 89). No caso dos clíticos, é preciso entender que ora os falantes recorrem a eles, ora não, pois há outras estratégias para representá-los (como a forma tônica e objeto nulo, por exemplo); ora usam como próclise, ora como ênclise; ora preferem a próclise, já que é a regra natural, ora escolhem a ênclise, em função dos propósitos e das situações comunicativas. Enfim, é assim que os clíticos e suas regras se manifestam efetivamente. E é desse modo que a escola deve abordá-los, de forma prática, a partir de situações concretas de uso da língua.

## **5 Considerações finais**

Com a nossa amostra, constituída de livros da Bíblia Sagrada, em diferentes versões, a “Almeida Revista e Corrigida” (1969) e a “Nova Bíblia Viva” (2010), evidenciamos que o uso e a colocação dos clíticos em relação ao verbo apresentam diferenças de uma versão para outra,

confirmando a expectativa de que haveria mudança tanto em relação a sua frequência de uso quanto aos posicionamentos sintáticos.

Dessa constatação, somos levados a refletir sobre os valores funcionais que cada variante possível, próclise, ênclise e mesóclise, assume em seus contextos de realização. Em textos escritos que requerem algo grau de monitoramento linguístico, o esperado é que realmente encontremos as regras de colocação pronominal sendo aplicadas, mas que, de uma época para outra, haja diferenças em relação às preferências dessa colocação, já que os falantes ajustam as regras conforme as necessidades comunicativas.

Como vimos em nossa amostra prática, a mesóclise, mesmo sendo apresentada numa gramática normativa, não é efetivamente mais usada, mesmo em texto formal escrito. Quanto à próclise, de uma versão para outra, observamos nitidamente um aumento de sua frequência, indicando que a versão atual acompanha a regra que é mais sistemática. Mesmo isso ocorrendo, a ênclise não deixa de ser usada, pois se trata de uma variante que tem seu valor determinado pela força da tradição normativa.

No papel de professor, entendemos que não basta apenas elencar as regras que regem o comportamento de próclise, ênclise e mesóclise, mas também mostrar que essas regras são alteradas em função das necessidades comunicativas. É necessário que o professor estabeleça relações entre gramática normativa e usos reais, entre o que é prescrito normativamente e o que é normal, usual, comum, sem perder de vista o que cada época (presente ou passado), o que cada gênero textual (clássico ou não), o que cada estilo (formal ou informal), o que cada modalidade (falada ou escrita) requer como regra efetiva.

## Referências

- A BÍBLIA SAGRADA.** Tradução de João Ferreira de Almeida, ed. Revista e corrigida. Brasília: Sociedade bíblica no Brasil, 1969.
- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro & interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa.** 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, C. F. da.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- FARACO, C. A. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas.** 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

- KANTHACK, G. S. **Clíticos no Português Brasileiro**. 2002. 174 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- MACHADO, A. C. M. **O uso e a ordem dos clíticos na escrita de estudantes da cidade do Rio de Janeiro**. 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – UFRJ, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2006.
- MONTEIRO, J. L. **Pronomes pessoais**. Fortaleza: edições UFC, 1994.
- NOVA BÍBLIA VIVA. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.
- PAGOTTO, E. G. **A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico**. 1992. 167 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- PEREIRA, M. das G. D. **A variação na colocação dos pronomes átonos no Português do Brasil**. Dissertação de mestrado, PUCRJ. 1981.
- PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2001.
- SCHEI, A. A colocação pronominal na literatura brasileira do século XIX. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 5, p. 57-84, 2002.
- SILVA, F. B. A realização variável do objeto direto anafórico em narrativas orais e em narrativas escritas do português do Brasil. In: ANTONIO, J.D. (Org.) **Estudos descritivos do português: história, uso, variação**. São Carlos (SP): Claraluz Editora, 2009, p. 79-98.
- VIEIRA, S. R. Colocação pronominal. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Orgs.) **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 121-146.

Recebido em: 19/11/2018

Aceito em: 15/04/2021